

VIRTUALIDADES DO ESPAÇO E A DIMENSÃO REGIONAL E LOCAL

Adenir Domingos da Silva (UFMS)

Resumo: Esta pesquisa enfoca a valorização do espaço através do trabalho, condição essencial da produção em cada realidade específica conforme o modo de produção vigente, no qual os valores intrínsecos tornam os espaços complexos, construindo territórios únicos, consumidos através de suas virtualidades. Portanto, a atividade turística enfatiza as resistências frente ao processo de globalização.

Palavras-chave: Espaço. Produção. Turismo. Local. Global.

Abstract: This research focuses the valorization of the space through the work, essential condition of the production in each specific reality according to the way of current production, in which the intrinsic values become the complex spaces, building only territories, consumed through their virtualities. Therefore, the tourist activity emphasizes the resistances through the globalization process.

Key-words: Space. Production. Tourism. Local. Global.

INTRODUÇÃO

Sendo o espaço (e tudo que ele contém) condição universal e preexistente, ele é, desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral, contudo, nestes espaços o modo de produção e as relações sociais determinará a condição geral da produção conseqüentemente a formação de territórios na relação universal e singular, pois as potencialidades do espaço são transformadas em meios de produção à própria magnitude do espaço.

O turismo, atividade própria da sociedade de consumo, visa alcançar resultados que permitam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade envolvida, seja regional/local, sempre respeitando as especificidades, uma vez que com o advento da globalização o mundo passa a ter sentido “comum”, discute-se a necessidade urgente de se buscar entender a dinâmica da globalização a partir de manifestações regionais, como se inserem e de que modo as suas diferenças podem transformar a leitura dessa modernidade-mundo.

1. ESPAÇO E CAPITAL – CONDIÇÃO GERAL DA PRODUÇÃO

As sociedades humanas para reproduzirem as condições de sua existência estabelecem, como visto, relações vitais com seu espaço. Segundo Milton Santos “produzir é produzir espaço”. O desenvolvimento histórico ilustra a objetividade e a naturalidade dessas relações em suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, fica claro o papel do trabalho como mediador universal dessa relação. A valorização do espaço, imediatamente não se confunde com outras manifestações da vida social, parte da premissa de sua identidade no próprio real, pois possui movimento próprio, elementos

específicos que a caracterizam e resultados históricos que a caracterizam – concretos particulares. Aponta-se que o objeto geográfico, apesar de sua “relativa autonomia” deve, como todas as demais instâncias da realidade social, expressar as determinações fundamentais das formas de produção e reprodução da vida material em que ele se inscreve.

Entretanto, se esse processo possui uma realidade específica em cada momento expressando assim por outro lado uma universalidade, ou seja, em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência valoriza de forma particular o espaço, conforme o modo de produção vigente.

Qualquer processo social deve ser explicado no âmbito da discussão sobre valor e trabalho, pois são essas as categorias fundamentais da materialidade social. Ora, o processo de valorização tem nessas categorias o seu nóculo explicativo central. Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor e espaço, pois substantivada pelo trabalho do humano. Por isso a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, representa tudo isso a criação de valor.

A distinção entre valor do espaço e valor no espaço é básica para a geografia como forma de evitar-se a repetição de graves equívocos. A própria idéia de espaço geográfico de concepção empirista naturalista revela uma perspectiva centrada exclusivamente naquilo que aqui chamamos de valor do espaço. Por outro lado, a idéia do espaço econômico, tal como posta pela economia marginalizada, revela uma abordagem exclusiva que se denomina valor no espaço.

Sendo o espaço (e tudo o que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral. A produção, desta forma, sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam materiais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é uma condição geral da produção. Daí ele possuir um valor intrínseco, não necessariamente produto do trabalho humano, uma “riqueza natural” e dele ser também o receptáculo fundamental e geral do chamado “trabalho morto”, enfoque dado ao desenvolvimento histórico que é uma progressiva e desigual acumulação de trabalho, acumulação esta que desnaturaliza o espaço e vai também complexizá-lo.

A complexização da estrutura produtiva e generalização de todo circuito de produção são responsáveis pelo desenvolvimento de novas relações sociais e aparecimento de novos segmentos das classes, multiplicação das especialidades no interior da força de trabalho, diversificando a divisão social do mesmo.

A valorização capitalista do espaço realiza as determinações gerais como se deve produzir, construindo territórios únicos, numa dialética entre universalidade e a singularidade. A produção está relacionada com o consumo do espaço que surge para a produção em sua dupla forma: enquanto meio de produção, o espaço é consumido produtivamente, enquanto condição de produção, improdutivamente. O consumo “improdutivo”, todavia, é condição da produção enquanto condição de reprodução. Quando a sociedade se apropria de uma dada parcela do espaço ela consome efetivamente, isto é extrai dali todos os seus elementos materiais e objetivos necessários para impulsionar a produção.

Percebemos na transformação dos recursos naturais em meios de produção da matéria-prima à própria magnitude do espaço necessário à produção, por outro lado,

consumo improdutivo do espaço implica o uso das virtualidades do espaço não diretamente afetado à produção imediata.

2. VIRTUALIDADES DO ESPAÇO E A ATIVIDADE TURÍSTICA

Atualmente, muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêm no Turismo:

O fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se transladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitado (OMT).

Um poderoso aliado na busca desse desenvolvimento, mas para isto faz –se necessário o uso das virtualidades espaciais, estas, todavia, é mais uma condição da produção enquanto condição de (re) reprodução numa dialética entre universalidade e a singularidade no que tange a planejamento estratégico, na qual estabelecem-se eixos ou bases do desenvolvimento regional/local.

Por ser uma atividade própria de sociedade de consumo, atividade que combina ações públicas e privadas, ele exige grandes investimentos financeiros e tecnológicos no fornecimento de bens e serviços aos turistas. Além disso, visa alcançar resultados que permitam o desenvolvimento econômico, políticos, social e cultural da sociedade envolvida. Esses aspectos são contemplados no conceito que segue:

Denomina-se turismo o conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrentes do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de resistência para outros, de formas espontânea, e sem fins lucrativos.(OLIVEIRA 2002, p. 36).

De fato, classificada como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo”, “grandes alternativas” para muitas regiões.

Esta atividade compreende escalas internacionais, nacionais, regionais e locais, cuja dimensão territorial da mesma são os territórios¹ - “espaço de relações e de poder, como lócus de conflitos, que necessita de controle social”.NEVES (1994).

Espaços estes quando alvo da interferência humana nos aspectos sociais, políticos, econômicos mediatiza a relação homem x natureza, pois traçado a territorialidade rompe com a dicotomia clássica entre o homem e o meio. Assim os espaços são valorizados, disputados, especulados apropriados e utilizados.

A atividade esta que é objeto de estudo da Geografia do Turismo aborda o estudo das virtualidades espaciais no que diz respeito à ordenação dos espaços conservação das áreas naturais protegidas, adequação dos sítios urbanos e todas as atividades econômicas associadas ao turismo. O espaço produzido pelo homem é resultado de um processo de adaptação à natureza, que vai produzindo ao longo do tempo o chamado patrimônio cultural revelador das particularidades culturais,

¹ - Deriva do latim *territorium*, significando terra que pertence a alguém (GEIGER,1993 – CORREA,1995 – HAESBAERT,1995 – MESQUITA,1995).

particularidades estas que constituem fontes geradoras de conhecimentos e um trunfo no acelerado processo de mudanças de valores e padrões de comportamentos causados pela globalização. No entanto:

(...) as regiões e os lugares não querem ser identificados somente pela existência de características particulares e recursos passivos como, por exemplo: meio ambiente recurso natural, produção agrícola, e industrial, sistemas de cidades e patrimônio histórico, como tradicionalmente acontecia com a teoria das vantagens comparativas, de localização e diferenciação regional. Cada vez mais os lugares e as regiões querem ser conhecidos pelos recursos ativos, dinamicamente construídos pela organização sócio-espacial, pelas políticas e formas próprias de gestão do desenvolvimento local e regional, envolvendo e integrando diferentes setores, atuando em contextos abrangentes e competitivos. (SILVA, 2003 p. 9).

Essas relações de força e de poder que se estabelecem de forma contraditória e articulada, na explicação de SANTOS (1999), existe umas guerras econômicas de lugares, que passam a se configurar como lócus de resistência, pelas diferentes capacidades, oportunidades e possibilidades, não somente de inserção do capital, como também evolução do homem.

O desenvolvimento regional volta seu interesse para as economias localizadas, enfatizando suas dimensões sócio-políticas, culturais, seus valores e instituições locais, resulta:

O compromisso de uma parte significativa da sociedade local e de mudanças básicas em suas atitudes e comportamentos o que permite substituir a concepção tradicional do espaço como simples cenário físico, pela concepção de um contexto social de cooperação ativa de um território. (ALBUQUERQUE, 1998, p. 137).

A regionalização e uma estratégia de compartimentar os espaços em porções menores, nas quais os objetivos serão mais imediatos e localizados, identificando processos que possibilitem dinamizar a comunidade local, mediante seus recursos endógenos.

(...) Hoje a endogenia caracteriza-se mais pela capacidade locais e regionais em definir prioridades e formas de ação inovadora que possam dinamizar as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais em busca de patamares mais elevados. (SILVA, 2003, p. 23).

A partir dessa concepção, constata-se que o crescente nível de organização de comunidades em pequenos territórios visa a encontrar soluções locais que emergem do processo simultâneo de resistência aos conflitos e solidariedades nas soluções regionais. Leva-se em consideração aspectos territoriais, temporais, culturais e patrimoniais engendrados por lideranças, pactos, parcerias, programas e projetos de articulação do espaço local a partir de seus habitantes, a dinamização do potencial local, geoambiental ou cultural passa, antes de tudo, por ações de apoio à população nas estratégias de descoberta de uma forma autônoma de produzir, crescer e seguir seu próprio caminho, questionando sobre as soluções prontas de cima para baixo, contudo aproveita-se o que é peculiar no território, baseia-se na flexibilidade, com adaptações a cada realidade:

(...) as estratégias do desenvolvimento local não são nem um posicionamento autárquico nem o resultado de uma mistificação do pequeno e do marginal. Trata-se, ao contrário de um enfoque que pretende integrar as normas subordinadas de acumulação de capital que protagonizam aquelas frações do mesmo, cujos mercados não se explicam exclusivamente pelo fenômeno da

transnacionalização dos grandes grupos, que funcionam segundo uma lógica que, apesar de ser hegemônica em nível mundial, não dá conta do todo “ (ALBUQUERQUE, 1998, p. 137)”.

O enfoque que se integra às normas do desenvolvimento regional utilizando poderes de forma diferenciada, que são o setor privado, o estado e a sociedade civil. O primeiro é representado pelas empresas e, na maioria das vezes, domina as relações sociais, pelo fato de deter o poder econômico. O Estado coaduna-se aos imperativos do mercado, utilizando as mesmas estruturas de poder dominante. A sociedade enfrenta e partilha desse processo hegemônico de forma subordinada e, embora sendo maioria, tem sempre menor poder de decisão, apesar de exercer pressão política em determinados momentos. SANTOS mostra (1988, p. 17) que o crescimento econômico está associado ao poder político, à cultura de massa, à “cientificização” da burocracia, à centralização das decisões e da informação, que acirram as desigualdades entre países, regiões e entre as classes sociais, assim como fazem aumentar a opressão e a desintegração do indivíduo.

O sentimento de dúvida paira sobre o País em relação ao Estado e o setor privado, pois não consegue oferecer condições de bem-estar social e qualidade de vida digna para o cidadão. Diante desse clima de desilusão criado pelo próprio neoliberalismo, favorecendo o setor privado, surgem no Brasil algumas políticas de desenvolvimento regionais ou locais, como forma de resistência a esse modelo. VILLASAN (1988, p.55), referindo a situações similares na América Latina, lembra que a perspectiva do lugar e da região não significa desconhecer a presença do Estado e da mundialização do capital, pois não se trata de desconectar-se dessas realidades, mas implica voltar a política estatal para os interesses das economias populares dentro de lógicas alternativas.

Segundo Amim “as ações locais ultrapassam o âmbito local, dependem às vezes de ações exógenas e que é assim que a região se insere no global”, o regional/local é uma instância, onde grupos sociais podem realizar ações e estas estarem vinculadas com os processos globais.

DOWBOR (1998, p. 9), mostra também de uma forma muito clara a filosofia das políticas de desenvolvimento local, dizendo que:

(...) não há grandes mistérios quanto ao que queremos como sociedade: a segurança do necessário para uma vida digna, a tranquilidade no relacionamento social, o sentimento de participar criativamente das coisas que acontecem, a liberdade moderada pelas necessidades, a paz do amor, o estímulo do trabalho, a alegria de rir com os outros, o realismo de rir de si mesmo. Mas, estes objetivos passam por valor essencial que precisa ser resgatado: a solidariedade humana.

Remete-nos ao desenvolvimento local, pois é o lugar onde residem as pessoas, com seu modo próprio de ser e sentir, com suas tradições religiosas, artísticas, com seu passado histórico, costumes típicos, “estilo” de vida familiar e social, suas atividades produtivas com problemas, necessidades e aspirações próprias, sobretudo segundo uma consciência coletiva de vida em comum, que forma a solidariedade regional e local.

Ao contrário, para o cidadão, o moderno é afastar-se dos vizinhos, não conhecê-lo nem cumprimentá-lo, e aqueles que assim fazem são vistos como simplórios. Portanto, são os núcleos urbanos menores os lugares e territórios mais apropriados para implementar, estimular e diversificar o crescimento das políticas regionais, que além de originar empregos, elevam a auto estima, a criatividade e o poder aquisitivo das famílias

locais.

[...] portanto, cabe às comunidades locais adaptarem-se a esse processo global, buscando, por meio do planejamento e de sustentabilidade assegurar formas de obter benefícios econômicos com o turismo e, além disso, preservar o ambiente e a cultura locais. (OURIQUES, 2005, p. 133)

O preservar a cultura local, de acordo com HOBBSAWM e RANGER (1984), podem encontrar tradições representadas como antigas, que realmente convencem o público de sua autenticidade, mas que em muitos casos não passam de tradições inventadas.

FLORES (1997), chama atenção para novas aplicações da palavra invenção, pois ultimamente tem sido usada para descrever diversos fenômenos históricos e construções culturais. Em seus estudos sobre festas típicas alemãs ressalta:

Resgatar a cultura é algo difícil de alcançar. Como recuperar algo que não é estático, que não tem contornos definidos, muitos menos definitivos, que não é jamais pronto acabado? A cultura, sem uma reconstrução, de invenção e reinvenção (FLORES 1997, p. 13).

Percebe-se que a autora sugere o termo restauração cultural em lugar de resgate cultural, pelo fato de o termo restauração contemplar a dimensão do tempo. A categoria resgate cultural remete à idéia de trazer para o presente a cultura, como ela fosse estática. A idéia de restauração, segundo Flores, permite que se possam enfatizar alguns detalhes em detrimento de outros, ressignificar valores. Os fatos, acontecimentos do passado são construídos com valores do presente; muitos traços dessa restauração realizada no presente revelam a invenção de inúmeros detalhes para melhor caracterização do quadro que se quer representar.

Para Balandier (1988), a modernidade, com as fragmentações, faz reaparecer o tempo das pequenas nações motivadas por afinidades de um passado. Outro aspecto da mesma é a capacidade de criar/recriar símbolos e converte-los em mercadorias. Essa plasticidade do Capitalismo, com a capacidade de transformação de tudo em mercadoria, também se manifestam na transformação das culturas populares em um espetáculo turístico.

As atividades ligadas ao turismo, sem dúvida alguma, vêm se expandindo sobremaneira em muitos pontos do território nacional, tanto pelo aproveitamento de formas urbanas anteriores, quanto pela criação de novas formas sociais, como hotéis de luxo, parques temáticos, complexos turísticos, restauração cultural, contudo têm seus pressupostos ligados à comunidade, o lugar, território, a solidariedade orgânica porque o principal objetivo é atingir a escala humana.

Somente a criatividade política impulsiona pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse. E essa vontade coletiva só poderá surgir se der um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura, cujas raízes estão na massa da população. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente terá que ser uma maior participação do povo no sistema de decisão. (FURTADO, 1974, p. 30).

Segundo a visão de Furtado trata-se de uma proposta difícil, mas animadora porque propõe mudanças radicais e de promoção do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as sociedades humanas estabelecem, relações vitais com seu espaço, cada localidade, com suas especificidades ou à sua maneira é um mundo e que cada lugar, irrecusavelmente imerso comungando com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais, ou seja, a redescoberta da dimensão local/regional, na qual repõe tais questões numa posição central, impondo, ao mesmo tempo, a necessidade de revisar o espaço no mundo atual, encontrar os seus novos significados.

Entretanto, uma nova onda da expansão ocidental tem se dado, a qual é capturada pela idéia de globalização, pois ao mesmo tempo em que representa uma forma de interconexão e interpenetração entre regiões, estados nacionais e comunidades locais que está marcada pela hegemonia do capital e do mercado, ela também faz acompanhar por uma potencialização da demanda por singularidades e espaço para a diferença do localismo.

O turismo materializa-se na lógica da diferenciação geográfica dos lugares e das regiões, tornando de suma importância aos estudos e compreensão do desenvolvimento regional e da própria sociedade. Implica o consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização estruturantes de paisagens e de negócios e dá agilidade a processos dotados de grande capacidade de organização territorial.

O turismo é uma atividade resultante do mundo do trabalho, da evolução do modo de vida da civilização, que, ao globalizar e tecnificar, aproximou os lugares, agilizou transportes e a comunicação, sofisticou os serviços e criou formas confortáveis e prazerosas de viver, de prazer e de entreter alguns poucos.

Atividade contraditória, o Turismo propõe promover o desenvolvimento e precisa conservar os lugares, preservar as culturas ao mesmo tempo em que transforma o espaço em mercadoria, e massifica as culturas. Apesar de concentrar lucro, riqueza e renda, termina por também criar oportunidades de ganhos aos trabalhadores e aos lugares mais pobres, visto que a tese incorpora a antítese, o contraponto o ponto e a contraposição à posição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José Vicente. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BANDUCCI, Jr. Álvaro, BARRETO Margarita (Org.). Campinas, SP: Papyrus, 2001. – Coleção Turismo.
- CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local . In: RODRIGUES, A. B. (org). **Geografia e turismo-reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CAZES, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Geografia e turismo-reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CORIOLOANO, L. N. M. Teixeira, SILVA, S. C. B. Mello e. **Turismo e Geografia Abordagens Críticas**. ED UECE.
- CRUZ, Rita de Cássia da. **Política de Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DUARTE, Fabio. **Global e local no mundo contemporâneo: integração e conflito em**

- escala global. São Paulo: Moderna, 1998. (Paradoxos).
- MORAES, A. C. R. Antonio, COSTA, W. C. da. Wanderley. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997c.
- SOUZA, M. L. de. Como pode o Turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- URRY, J. **O olhar do Turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/ SESC, 1996.